

Liberdade Comunicativa e Ativismo nas Redes Digitais: a atuação do Ocupa Sampa por um novo modelo de democracia¹

Vanessa Macedo da Silva ALMEIDA²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

A discussão sobre o potencial emancipador da comunicação ganha novos contornos com a expansão das redes digitais que estimulam interações sociais interessadas em ampliar a participação política na sociedade. Tendo em vista o alargamento dos espaços públicos propiciado pela Internet, este artigo pretende abordar as condições de existência de uma esfera pública ciberdemocrática e o perfil de mobilizações sociais que se beneficiam das potencialidades da rede para propor uma ação cidadã direta, colaborativa e horizontal. A análise do Ocupa Sampa, um dos tentáculos da movimentação em escala mundial que ocupa ruas e praças para mostrar a indignação com o modelo representativo, servirá para compreender o ativismo político articulado no meio virtual.

Palavras-chave

Esfera pública; democracia; ciberativismo; Ocupa Sampa

1- A esfera pública entre a massificação e a democratização midiática

A emancipação social, como ideal norteador ou objeto de debate consequente – mesmo que não previsto-, nunca esteve desvinculada das pesquisas em comunicação. Mais do que essência da racionalidade humana, a comunicação encaminha e transforma a sociedade. A interação social presencial, mediada pelos meios de comunicação ou em rede condiciona a discussão sobre questões de interesse comum que deve interferir na tomada de decisões políticas, ou seja, nos rumos da sociedade.

Embora limitada, a contribuição de Habermas (1984) para a compreensão da formação de espaços de conversação explicita elementos que dificultam a construção de uma esfera pública ampla e igualitária. Seu estudo genealógico questionou o alcance das ágoras da Atenas Antiga que excluía mulheres, escravos e estrangeiros e investigou o surgimento da esfera pública burguesa europeia no século 18. Cafés, salões e salas de visita representavam as esferas públicas presenciais destinadas a indivíduos cultos e abastados. Os meios comunicação de massa viriam atenuar tal caráter exclusivista e elitista ao incluir

¹ Trabalho apresentado no GP Cibercultura do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do PPGCOM da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Email: vanemjor@usp.br

setores marginalizados, porém a massificação da informação produzida por um restrito grupo de veículos comprometeu a diversificação e aprofundamento dos assuntos públicos.

A crença na pureza do debate público, no qual contradições e ruídos não têm espaço e a busca pela verdade impera, pôs em xeque a conceituação mais idealista do que realista do filósofo alemão. Ao contrapor o pensamento habermasiano ao de Niklas Luhmann, que supunha o paradoxo como base para a construção da opinião pública, Marcondes Filho (2008) faz uma análise a fim de transpor tal oposição e inserir a opinião pública no contexto das tecnologias comunicacionais.

Luhmann (1974) considera o paradoxo gerador de incertezas, permitindo que os agentes da esfera pública entendam aspectos do tema tratado que antes desconheciam. Contudo, para este autor o componente sistêmico é superior aos indivíduos. Assim, informações dispersas se aglutinariam sob critérios de visibilidade do sistema fechado dos meios de comunicação e constituiriam uma opinião pública, estrutura de temas da comunicação pública fruto de consensos e dissensos que automaticamente influenciaria as regras de atenção e decisão do sistema político.

Se, de acordo com Luhmann, a opinião pública resulta da fusão do médium (produto suporte dos meios de comunicação) com a forma (seleção de temas), qual vetor ligaria os dois elementos? Com o conceito de contínuo midiático, Marcondes Filho busca preencher a lacuna e ir mais longe no entendimento de Habermas sobre a relação de colonização que o sistema impõe ao mundo vivido.

Para fundamentar o conceito, Marcondes cita a construção de um acontecimento midiático. Um veículo divulga uma notícia que repercute em outros veículos e ganha visibilidade nacional. A duração do tema na agenda social depende do contínuo midiático, que exerce maior influência em atmosferas mais amplas em que as pessoas não interagem diretamente. Entendido nos anos 1940 como indústria cultural, esse elemento

precisa fazer o papel da atmosfera, do campo de sensações e de forças visíveis e invisíveis que constituíam a relação direta. É ele que irá engendrar as condições necessárias e suficientes para que a comunicação se realize também no plano impessoal, à distância, sem a presença do outro. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 14)

Na comunicação espectral ou em rede, o contínuo midiático direciona o fluxo informacional que une múltiplos nós. A importância da linguagem, que para Habermas era maior nas relações interpessoais, é levada para a Internet. Dotada de certa autonomia, a tecnologia opõe-se à massa indistinta de internautas distribuída de maneira difusa e aleatória, e “é

nesse meio indistinto, disperso, mas que, como uma neblina, guarda certas formas aparentes que os distinguem, que atua o espaço-entre do contínuo atmosférico” (MARCONDES FILHO, 2008, p. 11).

A cultura de massas, resultado da produção em larga escala de mercadorias culturais (ADORNO et HOCKHEIMER, 1997), não é a única fonte do conteúdo a preencher o espaço-entre que integra os indivíduos aos temas que formarão a opinião pública. Como Marcondes não chega a definir no que consistiria o contínuo atmosférico das redes digitais, este artigo sugere que o aumento das possibilidades comunicativas multiplica a quantidade de elementos que farão a ponte entre o indivíduo e os temas de interesse público, portanto amplia os pontos de vista e as variáveis da opinião pública.

A expansão das redes virtuais fundou um novo ambiente tecnossocial no qual conteúdos são consumidos, produzidos, disseminados e debatidos. Mais do que uma ferramenta de comunicação, a Internet é um espaço de vivência. Essa observação fez Lévy (1999) argumentar o surgimento da cibercultura, um conjunto de práticas e valores presente no ciberespaço, ambiente que abriga a infraestrutura material da comunicação digital, o universo oceânico de informações e os indivíduos que o habitam.

Apesar de difusas e descentralizadas, as redes digitais proporcionam a articulação colaborativa entre grupos além das fronteiras geográficas. A comunicação digital é capaz de se desprender da agenda das mídias tradicionais atuantes na standardização cultural e disseminar sua própria agenda com amplo alcance. Em vez de um desprendimento isolante, nota-se uma retroalimentação que pode ou não ser conflitante. A possibilidade de agregar esforços para contestar o caráter monopolista e homogeneizante da grande mídia depende da ação de mobilizações que aproveitem as mídias digitais para expressar seu descontentamento e provocar mudanças.

A Internet sopra uma esperança de pluralização dos meios de comunicação, apesar das desiguais condições que não deixaram de existir. Ao mesmo tempo em que emissoras de televisão e rádio e jornais impressos entraram no ciberespaço com versões e inovações digitais, veículos informativos que não tinham força para se sustentar no meio analógico diante do poderio econômico das grandes corporações migraram para a rede.

A disputa pela visibilidade na esfera pública teve expandido o número de atores, interesses e visões de mundo. Aos profissionais da comunicação, uniram-se cidadãos com uma ferramenta na mão e a vontade de se expressar. Os limites entre o profissionalismo e o amadorismo diluíram com a profusão de informações de infindáveis origens no território

virtual. Um discurso não requer mais um emissor institucionalizado para ser legitimado, basta empregar a criatividade numa estratégia comunicativa capaz de atrair atenção.

As mudanças também interferiram analogamente no ativismo político. Aos poucos, movimentos sociais tradicionais ingressaram nas redes digitais, onde também nasceram mobilizações sociais desvinculadas de partidos políticos e sindicatos e com um novo perfil de atuação: descentralizado, horizontal e colaborativo. O objetivo não é a revolução à soviética, mas a conquista do direito de participar diretamente na política a partir da aliança de movimentos em escala mundial. A noção de cidadania e territorialidade foram revistas e a representatividade não é mais suficiente.

2- Contra-hegemonias na ágora virtual

2.1- Ameaças ao príncipe eletrônico

Cunhado por Ianni (2000), o conceito de príncipe eletrônico trata do apoderamento das tecnologias em favor de uma ideologia a partir de uma articulação teórica com o príncipe de Maquiavel e o moderno príncipe de Gramsci. Este último, e precursor, definiu o príncipe como uma figura política personalizada capaz de liderar (virtu) os seguidores e lidar com as circunstâncias adversas (fortuna) sem perder a soberania. Tais características também descrevem o príncipe moderno, contudo passam a ser atribuídas ao partido político.

A imbricação dos três príncipes está ligada à construção da hegemonia, conceito gramsciano que, segundo Chauí (2006), “ultrapassa o de cultura porque indaga sobre as relações de poder e a origem da obediência e da subordinação voluntárias (...)” (CHAUÍ, 2006, p. 23). A autora também associa o conceito ao príncipe maquiavélico e conclui que a hegemonia é uma vontade coletiva para uma direção cultural e política específicas.

A compreensão da hegemonia supera o antagonismo entre cultura e política e problematiza a luta de interesses na sociedade de classes. Em torno da hegemonia dominante, há hegemonias alternativas ou contra-hegemonias em contínua disputa por legitimação. Segundo Ianni, o príncipe eletrônico é a hegemonia sustentada em aparatos tecnológicos, construtora do consenso, ou seja, da visão de mundo predominante nos blocos de poder em escala local e global. Porém, os aparatos tecnológicos não só fortalecem a detenção do poder e a perpetuação da hegemonia por uma minoria, mas também podem ser explorados como uma arma por grupos contra-hegemônicos.

O potencial de resistência à ordem estabelecida está, segundo Downing (2004) intrinsecamente ligado à noção de audiência ativa, uma postura de interlocução que atua na

coarquitetura da produção cultural. Diferente da apropriação mercadológica do termo, a audiência ativa preza pela construção coletiva, principal pressuposto de um fenômeno que emergiria do campo alternativo de oposição, a mídia radical. Para o autor, a mídia radical é qualquer forma de expressar sentidos e informações e representa as insatisfações das classes subalternas contra os bloqueios da expressão pública. Downing explica a essência da mídia radical resgatando em Mcpherson o “poder de desenvolvimento”, que visa o empoderamento de grupos excluídos.

O uso da Internet como suporte para organização, difusão e financiamento de mobilizações recebe o nome ciberativismo ou netativismo e teve seus primeiros registros na primeira metade da década de 1990, com os zapatistas no México e mais tarde com os movimentos antiglobalização que ocuparam grandes cidades como Seattle e Londres.

Em termos gerais, o ciberativismo refere-se a como utilizar a Internet para dar suporte a movimentos globais e a causas locais, utilizando as arquiteturas informativas da rede para difundir informação, promover a discussão coletiva de ideias e a proposição de ações, criando canais de participação (DI FELICE, 2011, p. 7).

O militante imerso no ciberespaço não se contenta mais em atuar na política apenas comentando os debates eleitorais, votando e se aliando a partidos, movimentos e sindicatos. O significado de exercício da democracia ficou mais amplo e em sintonia com as virtudes da cultura virtual. Di Felice (2008) observa que o engajamento político a nível global e local não produz mais formas personalísticas nem é necessariamente ligado a uma ideologia ou orientação política.

(...) nos contextos digitais as interações informativas e as negociações colaborativas on-line encorajam a pensar a participação a partir da capacidade conectiva dos indivíduos que passariam, junto às novas tecnologias, a gerir diretamente e colaborativamente o território sem recorrer às autoridades e às instituições locais. (DI FELICE, 2008, p. 56)

As mobilizações arregimentadas em redes digitais são impulsionadas por motivações diferentes daquelas que animavam as revoluções operárias no começo do século XX. Na década de 1960, a categoria de classe começou a perder a centralidade nos movimentos sociais, quando grupos feministas, homossexuais, negros, pacifistas e ambientalistas despontaram no cenário social sem reivindicar a tomada o poder, mas mudanças de valores na sociedade e cobrança da realização plena de seus direitos civis.

A globalização tornou esses elementos identitários mais complexos ao contribuir para a fragmentação do homem pós-moderno (HALL, 2011). A homogeneização cultural promovida pelo mercado globalizado é paralela, de acordo com Hall, à produção de novas

identidades. O mergulho no oceano de informações sem fronteiras armazenadas no ciberespaço intensifica essa complexificação identitária, multiplicando a quantidade de causas a serem aderidas.

Embora sejam propriedades privadas, mídias sociais virtuais como Facebook e Twitter dispõem de ferramentas capazes de favorecer a articulação de mobilizações em redes cujos colaborativismo, horizontalidade e descentralização as distinguem dos movimentos sociais tradicionais capitaneados por figuras fortes ou partidos políticos. O peso do que ocorre no campo real é um aspecto que costuma confrontar esses dois moldes de engajamento político. Para Gladwell (2010), a não presencialidade inibe a disciplina e estratégia necessárias para a organização de um movimento com efeitos concretos. Após analisar o movimento de negros por direitos civis nos Estados Unidos na década de 1960, Gladwell afirma que o ativismo de alto risco é um fenômeno de vínculos fortes, enquanto que plataformas das redes virtuais são construídas em torno de vínculos fracos.

Contrariando as correntes que inferiorizam o virtual em relação ao real, Castells (1999) aponta a incondicional existência do homem em ambientes simbólicos. Se todas as formas de comunicação são baseadas na produção e consumo de sinais, como separar o real do virtual? O autor desfaz essa cisão, argumentando que a realidade sempre foi vivida virtualmente, percebida por intermédio de símbolos.

É difícil deslegitimar o virtual quando dele são extraídos conteúdos considerados fatos pela mídia tradicional, aquela autorizada a construir, reforçar e ressignificar as representações sociais sob a tutela do serviço da informação, que mostra à sociedade o “mundo lá fora”, isto é, a realidade além das vidas privadas. Pode-se observar a transformação de declarações virtuais de celebridades em notícia ou a profusão de matérias em veículos impressos a respeito de uma campanha difundida no Facebook que sugeria ao ex-presidente Lula tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS). Parece inapropriado medir a força de um discurso proferido numa rede social em comparação a uma alegação em praça pública.

A indiferenciação valorativa entre real e virtual propõe uma conciliação entre o que acontece dentro e fora da rede. Considerar a importância da ocupação de espaços físicos, das marchas e das reuniões presenciais não significa menosprezar as potencialidades da Internet, como o amplo alcance das ações que pode beneficiar o intercâmbio entre diversos movimentos em escala mundial. A troca de informações e experiências entre grupos é capaz de fortalecer a formação de propostas e alianças e de trazer à tona a discussão sobre a democratização da comunicação (León, 2001).

2.2- A inteligência coletiva no seio da ciberdemocracia

De forma mais ou menos explícita, a noção de democracia participativa circunda as mobilizações articuladas na esfera virtual e envolve grupos até então voltados a suas causas específicas. De acordo com Lévy (2002), a cibercultura pode tornar possível a existência de uma sociedade democrática que tem na junção entre isonomia e autonomia a base para a construção da inteligência coletiva. Seria um processo de autocriação sem um plano definido, mas que desenvolveria um progresso moral capaz de alargar o espaço de sentido e liberdade, metamorfoseando a relação do cidadão com a política e o Estado. Para o filósofo, a procura comum por uma regra mais justa, imparcial e universal move a inteligência coletiva na velocidade da atualização do ciberespaço.

A civilização do tempo real gera um estado de inadequação do pensamento salutar e permanente, visto que o mundo aí se revela constantemente mais empenhado no futuro do que o podemos imaginar. Se este novo ritmo continuar, quase já não haverá qualquer diferença entre o momento da ideia e o da sua concretização. (LÉVY, 2002, p. 23)

A globalização e a fundação de um espaço de comunicação geográfica e semanticamente ilimitado enaltecem as relações de interdependência, o que, segundo Lévy, relativiza o poder territorial dos governos. Tal conexão torna necessária a presença transparente das gestões públicas nas ágoras virtuais e a formação de governos eletrônicos submetidos a uma ordem globalizada. A abertura de espaços para diálogo e deliberação políticos diminuiria a autoridade dos governantes sobre os cidadãos e enfatizaria a função de prestação de serviços, ao invés do controle autoritário.

Lévy identificou a manifestação embrionária desse modelo político participativo em comunidades virtuais criadas por governos, organizações não governamentais e comerciais nos Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental como França e Inglaterra. Entretanto, há muitos percalços no caminho até a idealizada comunidade democrática global, como a concentração de riqueza e a desigualdade social, das quais a exclusão digital é consequência.

Contrariando as correntes teóricas e grupos de esquerda que anulam a possibilidade de permanência do sistema capitalista em uma sociedade igualitária, Lévy defende a preservação do sistema calcado na lógica informacional mundialista. Trabalho, investimento por acionistas populares e consumo formariam a tríade do novo regime que

lançaria mão da propriedade coletiva dos meios de produção. Na tabela abaixo, a descrição do Estado universal relacionado à inteligência coletiva como motor da ação coletiva:

Dimensões da inteligência coletiva	Objetivos da ação coletiva	Funções do Estado universal
A cidade planetária	Justiça e paz	Tribunais, parlamentos e governos transparentes controlados por ágoras virtuais e votações eletrônicas.
O mercado mundial	Prosperidade	Regulação monetária, impostos e redistribuição financeira tornados transparentes por um mundo virtual partilhado dos fluxos do dinheiro público
A humanidade	Evolução	Simulação por um mundo virtual (alimentado em tempo real) do sistema de interações entre a humanidade e a biosfera

(Lévy, 2002, p. 179)

Pouco pragmático, Lévy não traça o percurso concreto ao encontro da civilização global democrática, porém sua elucubração reflete o pulsar de um desejo entre os indivíduos que não estão conformados com a realidade social e possuem um meio de comunicação de alto alcance e baixo custo para expressar o descontentamento. Querem ter visibilidade no espaço virtual e real e o poder de fazer a democracia de forma mais autônoma e menos dependente dos parlamentares. A seguir, uma análise do Ocupa Sampa, um dos braços do movimento global de ocupação de áreas públicas que se firmou no espaço virtual para mostrar sua indignação com a insuficiência da representatividade.

3- Ocupação de espaços reais e virtuais pela democracia participativa

Abastecidos pela onda de revoltas no Oriente Médio contra regimes ditatoriais e pelas recentes crises do neoliberalismo capitalista, manifestantes em várias partes do mundo ocuparam as ruas de suas cidades no dia 15 de outubro de 2011. Formava-se uma rede de ativistas que enfatizavam os prejuízos que as diretrizes do sistema financeiro causavam aos direitos sociais da população e propuseram uma participação política mais ativa; implicações à primeira vista locais ganharam visibilidade global. O movimento dos Indignados na Espanha iniciado em maio do mesmo ano como resposta à instabilidade

econômica na zona do euro inspirou o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, que também reagiu à crise econômica e reverberou a palavra de ordem “ocupar” em capitais europeias, asiáticas, africanas e latino-americanas. Em todas as regiões do Brasil, militantes organizaram suas próprias acampadas, conscientes da necessidade de interligação sem perder a autonomia.

A reconfiguração do conceito de territorialidade possibilitou a conexão entre pontos geograficamente distantes, porém não esvaziou os espaços físicos onde questões internas e externas são tratadas dentro de um único contexto. Ou seja, os temas que percorrem o ciberespaço vinculam pessoas na construção de uma teia de debates que não segmenta o conteúdo por localidade. O conjunto de inquietações trocadas no meio virtual é levado a praças e ruas nas quais os militantes são vistos por transeuntes que, muitas das vezes, desconheciam a mobilização em terras digitais.

Entre os dias 12 e 15 de maio de 2012 outra mobilização coletiva foi realizada e o Ocupa Sampa, que neste artigo exemplifica as peculiaridades da articulação e divulgação desse evento, executou diversas ações nas redes sociais virtuais para convidar o público a ocupar a Praça Charles Miller, zona oeste da capital paulista, durante os quatro dias. O 12-15M foi antecedido por assembleias virtuais e reais para definir questões logísticas (armação de barracas, alimentação e transporte) e burocráticas (necessidade de liminar e/ou autorização da prefeitura), um grupo de trabalho responsável pelas estratégias de comunicação, as atividades (palestras, atrações musicais, oficinas de arte) que integrarão a programação e o conteúdo do manifesto.

As reuniões não são centralizadas por líderes nem impõem atribuições aos participantes. O voluntariado domina o corpo de indivíduos que se auto-organiza sob o slogan internacional “Não nos representa”. O manifesto da ocupação de maio foi elaborado em conjunto por meio da ferramenta Pirate Pad, bloco de notas virtual no qual diversas pessoas podem escrever simultaneamente trechos do documento.

O manifesto reforça o princípio da democracia participativa e ataca as mazelas trazidas pelas imposições do mercado. Critica o sistema capitalista, porém não apresenta um substituto. Além de reivindicar mudanças de valores ao levantar bandeiras contra a homofobia, racismo, machismo e marginalização dos movimentos sociais, a mobilização contesta situações mais concretas como a construção da Usina de Belo Monte, no Pará, e a aprovação do Código Florestal. Também se preocupa com questões inerentes ao ciberespaço, seu lugar de nascimento e crescimento. Dentre outras reivindicações, pede um

regime público e gratuito de internet banda larga e uma legislação de direitos autorais “que valorize o artista, desprivatize a cultura e favoreça o compartilhamento”.

Marca sobressalente do ciberativismo, a autonomia é destacada no manifesto:

Temos como princípio a auto-organização e o autofinanciamento. Não aceitamos dinheiro de nenhuma empresa ou entidade que vise o lucro, seja ela qual for. O movimento tem autonomia diante do Estado, das empresas e de qualquer partido, mas respeita a participação destes.

Tal independência está entrelaçada à autonomia comunicativa, definida por Lévy (2002) como automeia. A possibilidade que o indivíduo tem de ser sua própria mídia o torna o único responsável por aquilo que publica, logo produz conteúdo com base em critérios próprios. A capacidade de autonoticiamento ficou clara durante a ocupação na praça Charles Miller no 12-15M e driblou o silêncio da mídia tradicional. Os internautas puderam tomar conhecimento das atividades na página do Acampa Ocupa Sampa no Facebook e no Twitter, que como as palestras que também foram transmitidas em vídeo.

A página da mobilização na rede virtual demonstra a preocupação em explorar a potencialidade do ativismo midiático compartilhando e recebendo informações em texto, imagem e vídeo de diferentes origens (outras páginas do Facebook, perfis pessoais, blogs, veículos jornalísticos, organizações não governamentais, coletivos, dentre outros) que gravitam em torno das bandeiras políticas do movimento. A publicação de conteúdos de endereços eletrônicos dos ocupas de vários pontos do globo aumenta a multiplicidade autoral e revela uma visão comum em relação aos temas abordados.

O site do Ocupa Sampa - 15osp.org – organiza o conteúdo e as atividades da mobilização. Nele constam vídeos, fotos, manifestos, relatorias de assembleias, programação, textos analíticos, cartas de solidariedade e uma rádio chat, na qual são transmitidas informações sobre as acampadas e os ciberativistas podem interagir. As hashtags relacionadas ao movimento – #occupyworld, #ocupeomundo, #ocupabrasil - percorrem o sítio e aludem à sua inserção em um contexto internacional.

Dessa forma, a comunicação renova seu papel na transformação política e a busca pela democratização dos media se fortalece. Afinal, o crescimento da esfera pública digital ameaça o monopólio midiático ou não tem o poder de combatê-lo? Muitos anos antes do apogeu da Internet, Enzensberger (1979) criticou a recusa dos movimentos de esquerda atuantes em maio de 1968 a lutar pela posse dos meios de comunicação de massa. Segundo ele, somente um modelo de comunicação em forma de rede baseado em processos de produção e aprendizagem coletivos poderia devolver às massas a indústria das consciências.

O autor condicionara essa nova ordem social ao fim da propriedade privada dos meios de comunicação, concebível numa sociedade socialista livre em que as massas se autorregulariam. Embora o trajeto que levará à verdadeira emancipação midiática ainda não esteja traçado – e talvez nem o seja da forma programática como já foi pensado anteriormente –, Enzensberger compreendeu que “as potencialidades diretamente mobilizadores dos meios se manifestam de maneira ainda mais clara onde são utilizadas de forma conscientemente subversiva” (1979, pg. 106).

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural, o direito à cultura**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

DOWNING, D.H JHON. **Mídia Radical- Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FELICE, Massimo di (org). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

GLADWELL, Malcolm. **A revolução não será tuitada**. Disponível em <http://sergyovitro.blogspot.com/2010/12/revolucao-nao-sera-tuitada.html>

GOHN, Maria Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP& A, 1998.

HORKHEIMER, M., e ADORNO, T. W., **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEÓN, Oswald et all. **Movimentos sociais na rede**. Disponível em <http://www.alainet.org/active/41050>.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____ **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LUHMANN, Niklas. Öffentlich Meinung. In: Langenbucher, W. R. (Ed.). **Zur Theorie der politischen Kommunikation**. München: Piper Verlag GmbH, 1974. Tradução de M. T. Bastos (obra de circulação restrita).

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e ação política no contínuo mediático**. Luhmann contra Habermas. E nós contra todos. Revista Galaxia, v. 8, n. 15, 2008. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/galaxia/article/view/5732/5189>.